

**O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM <b>02039-7</b>	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL <b>CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA</b>	3 - CNPJ <b>02.509.491/0001-26</b>
4 - NIRE <b>35300155149</b>		

**01.02 - SEDE**

1 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA DOS IMIGRANTES - SP 160 KM 28,5		2 - BAIRRO OU DISTRITO JARDIM REPRESA	
3 - CEP 09845-000	4 - MUNICÍPIO SÃO BERNADO		5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 4358-8762	8 - TELEFONE 4359-6005	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 0000000	11 - DDD 11	12 - FAX 4358-8784	13 - FAX 0000-0000
14 - FAX 0000-0000	15 - E-MAIL ecovias@ecovias.com.br		

**01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)**

1 - NOME HUMBERTO DE SOUZA GOMES			
2 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA DOS IMIGRANTES - SP 160 KM 28,5		3 - BAIRRO OU DISTRITO JARDIM REPRESA	
4 - CEP 09845-000	5 - MUNICÍPIO SÃO BERNARDO		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 4358-8762	9 - TELEFONE 4359-6005	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 0000000	12 - DDD 11	13 - FAX 4358-8784	14 - FAX 0000-0000
15 - FAX 0000-0000	16 - E-MAIL humberto.gomes@ecovias.com.br		

**01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR**

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	2	01/04/2010	30/06/2010	1	01/01/2010	31/03/2010
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO ISMAR DE MOURA					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 051.550.278-29		

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 02039-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	3 - CNPJ 02.509.491/0001-26
---------------------------	--	--------------------------------

**01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2010	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2009
<b>Do Capital Integralizado</b>			
1 - Ordinárias	262.452	262.452	262.452
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	262.452	262.452	262.452
<b>Em Tesouraria</b>			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

**01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA**

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1140 - Serviços Transporte e Logística
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL CONCESSÃO E EXPLORAÇÃO DE RODOVIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

**01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

**01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE**

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INICIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

**01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO**

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

**01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

1 - DATA 05/08/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02039-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	3 - CNPJ 02.509.491/0001-26
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
1	Ativo Total	1.066.668	1.080.621
1.01	Ativo Circulante	124.280	129.364
1.01.01	Disponibilidades	66.654	28.984
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	66.654	28.984
1.01.02	Créditos	54.772	98.972
1.01.02.01	Clientes	31.432	27.886
1.01.02.02	Créditos Diversos	23.340	71.086
1.01.02.02.01	Títulos e valores mobiliários	21.316	70.181
1.01.02.02.02	Despesas antecipadas	1.496	773
1.01.02.02.03	Impostos a recuperar	528	132
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	2.854	1.408
1.01.04.01	Outros créditos	2.854	1.408
1.02	Ativo Não Circulante	942.388	951.257
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.383	4.289
1.02.01.01	Créditos Diversos	4.383	4.272
1.02.01.01.01	Imp. de renda e contr social diferidos	4.311	4.216
1.02.01.01.02	Depósitos judiciais	72	56
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	17
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	17
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	938.005	946.968
1.02.02.01	Investimentos	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	919.987	928.474
1.02.02.03	Intangível	18.018	18.494
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02039-7	CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	02.509.491/0001-26

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
2	Passivo Total	1.066.668	1.080.621
2.01	Passivo Circulante	206.862	209.408
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	597	576
2.01.02	Debêntures	125.424	136.892
2.01.03	Fornecedores	8.514	5.532
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	5.256	5.540
2.01.05	Dividendos a Pagar	29.892	26.929
2.01.05.01	Dividendos a pagar	24.062	24.062
2.01.05.02	JCP a pagar	5.830	2.867
2.01.06	Provisões	6.061	5.979
2.01.06.01	Prov Imposto renda e contrib social	6.061	5.979
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	5.894	4.190
2.01.08	Outros	25.224	23.770
2.01.08.01	Obrigações sociais	3.264	3.046
2.01.08.02	Credor pela concessão	13.818	13.486
2.01.08.03	Programa de recup fiscal - REFIS	178	174
2.01.08.04	Outras contas a pagar	7.964	7.064
2.02	Passivo Não Circulante	438.929	484.549
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	438.929	484.549
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.084	1.240
2.02.01.02	Debêntures	356.170	401.809
2.02.01.03	Provisões	12.366	12.314
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	12.366	12.314
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	10
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	69.309	69.176
2.02.01.06.01	Credor pela concessão	59.993	59.620
2.02.01.06.02	Programa de recup fiscal REFIS	751	763
2.02.01.06.03	Imp de renda e contrib social diferidos	4.487	4.582
2.02.01.06.04	Adiantamento de clientes	4.078	4.211
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	420.877	386.664
2.05.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	45.176	45.176
2.05.04.01	Legal	45.176	45.176
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02039-7	CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	02.509.491/0001-26

**02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/03/2010
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	73.154	38.941
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02039-7	CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	02.509.491/0001-26

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	152.340	312.504	134.433	279.875
3.01.01	Receita com arrecadação de pedágio	144.915	297.017	127.182	264.629
3.01.02	Receitas acessórias	7.425	15.487	7.251	15.246
3.02	Deduções da Receita Bruta	(5.448)	(10.733)	(4.697)	(9.511)
3.02.01	Imposto sobre arrecadação	(5.448)	(10.733)	(4.697)	(9.511)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	146.892	301.771	129.736	270.364
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(55.460)	(110.725)	(49.920)	(97.850)
3.05	Resultado Bruto	91.432	191.046	79.816	172.514
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(36.082)	(71.415)	(22.564)	(44.684)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(11.058)	(21.470)	(10.841)	(22.134)
3.06.03	Financeiras	(25.064)	(49.933)	(11.723)	(22.553)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.582	3.022	1.897	5.998
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(26.646)	(52.955)	(13.620)	(28.551)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	40	(12)	0	3
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	55.350	119.631	57.252	127.830
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	55.350	119.631	57.252	127.830
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(17.861)	(38.363)	(18.264)	(40.747)
3.11	IR Diferido	211	518	484	776
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02039-7	CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	02.509.491/0001-26

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	37.700	81.786	39.472	87.859
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	262.452	262.452	262.452	262.452
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,14365	0,31162	0,15040	0,33476
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02039-7	CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	02.509.491/0001-26

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	57.201	141.859	46.984	110.415
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	109.909	228.556	95.820	202.715
4.01.01.01	Lucro antes do IR e CSL	55.350	119.631	57.252	127.830
4.01.01.02	Depreciação e amortização	28.818	57.304	25.841	50.705
4.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	0	189	0	592
4.01.01.04	Enc. financ. e var.monet finan e debent	21.984	44.646	10.934	20.424
4.01.01.06	Variação monetária s/ direito de outorga	3.713	6.833	764	1.745
4.01.01.07	Const. de provisão para contingências	536	1.444	1.316	2.151
4.01.01.08	Receita financ, títulos e valores mobil	(492)	(1.491)	(287)	(732)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(52.708)	(86.697)	(48.836)	(92.300)
4.01.02.01	Clientes	(3.546)	1.546	(2.960)	749
4.01.02.02	Impostos a recuperar	(528)	(528)	(371)	(632)
4.01.02.03	Despesas antecipadas	(723)	409	145	1.190
4.01.02.04	Depósitos judiciais	(16)	239	(83)	(66)
4.01.02.05	Outros créditos	(1.446)	(654)	(371)	20
4.01.02.06	Fornecedores	2.982	(4.886)	2.418	(8.378)
4.01.02.07	Credor pela concessão	(3.008)	(6.303)	(2.974)	(6.119)
4.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	(284)	(1.641)	(331)	(2.293)
4.01.02.09	Obrigações sociais	218	14	(607)	(434)
4.01.02.10	Empresas ligadas	1.704	479	(1.309)	(8.588)
4.01.02.11	Adiantamento de clientes	(133)	(267)	(136)	(269)
4.01.02.12	Provisão para contingências	(484)	(870)	(388)	(2.103)
4.01.02.13	Juros pagos	(30.577)	(30.768)	(26.158)	(26.158)
4.01.02.14	Imp. de renda e contrib. social pagos	(17.779)	(41.914)	(20.197)	(43.367)
4.01.02.15	Outras contas a pagar	900	(1.584)	4.969	4.147
4.01.02.16	Imposto de renda e contri social diferid	21	21	(483)	1
4.01.02.17	Parcelamento especial - REFIS	(9)	10	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02039-7	CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	02.509.491/0001-26

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2010 a 30/06/2010	4 -01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(19.855)	(28.839)	(32.643)	(43.763)
4.02.01	Aquisição de imobilizado	(19.699)	(28.657)	(32.618)	(43.724)
4.02.02	Aquisição de intangível	(156)	(182)	(25)	(39)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	324	(59.074)	(27.094)	(80.162)
4.03.01	Títulos e valores mobiliários	49.358	10.245	11.228	(1.536)
4.03.02	Empresas ligadas	0	0	44	(93)
4.03.03	Pagamento de emprést/financ e debêntures	(48.509)	(48.698)	(105)	(210)
4.03.04	Pagamento de dividendos e JSCP	(525)	(21.296)	(38.261)	(78.323)
4.03.05	Captação de empréstimos/financiamentos	0	675	0	0
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	37.670	53.946	(12.753)	(13.510)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.984	12.708	20.395	21.152
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	66.654	66.654	7.642	7.642

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02039-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	3 - CNPJ 02.509.491/0001-26
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	302.547	0	0	45.176	38.941	0	386.664
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	302.547	0	0	45.176	38.941	0	386.664
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	37.700	0	37.700
5.05	Destinações	0	0	0	0	(3.487)	0	(3.487)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(3.487)	0	(3.487)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	302.547	0	0	45.176	73.154	0	420.877

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02039-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	3 - CNPJ 02.509.491/0001-26
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	302.547	0	0	45.176	0	0	347.723
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	302.547	0	0	45.176	0	0	347.723
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	81.786	0	81.786
5.05	Destinações	0	0	0	0	(8.632)	0	(8.632)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(8.632)	0	(8.632)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	302.547	0	0	45.176	73.154	0	420.877

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Conforme definido em contrato, no caso da extinção da concessão haverá a imediata assunção dos serviços de Poder Concedente, a ocupação das instalações e a utilização de todos os bens reversíveis. Não são previstas indenizações ao término da concessão.

Nos casos de encampação, o Poder Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e às avaliações necessárias à determinação do montante da indenização que será devida à concessionária, mediante a prévia indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços pertinentes à concessão, além da remuneração do capital pelo rompimento antecipado do contrato, calculada com base na proposta da concessionária, através da margem de receita líquida prevista para o prazo restante da concessão. Considerando que a Administração não julga provável a rescisão antecipada, não foi apurado o eventual valor de ressarcimento.

Em 21 de dezembro de 2007, através do termo aditivo e modificativo nº 10 do contrato de concessão, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses (prazo final da concessão em 26 de março de 2024), em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

---

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41 e o km 58 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescidos de atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV (vide nota explicativa nº 15).
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Em 30 de junho de 2010, os investimentos para atender aos compromissos futuros estão estimados em R\$482.923 (R\$486.550 em 31 de março de 2010).

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O processo de elaboração das informações trimestrais envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação pelas operações, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, e a avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento dos trimestres. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

### 2.1 NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos pelo CPC.

Até a data de preparação destas informações trimestrais, novos pronunciamentos técnicos foram emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação em 2010. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/10 e pela Resolução CFC 1.278/10, a Companhia optou por não adotar os novos pronunciamentos na preparação das Informações Trimestrais de 30 de junho de 2010, utilizando em sua preparação as mesmas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2009 e de reapresentar referidas informações trimestrais ajustadas pelos novos pronunciamentos quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2010.

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os pronunciamentos que poderão ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, considerando-se suas operações, são:

CPC	Título
17	Contratos de Construção
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informações por Segmento
23	Políticas Contábeis, mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	Contratos de Concessão
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC 10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

A Administração da Companhia está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, razão pela qual ainda não os adotou na preparação das informações trimestrais de 30 de junho de 2010. A Companhia entende que os principais impactos ocorrerão pela forma de registro das concessões que será substancialmente alterada pelo ICPC 01 - Contratos de Concessão. No entanto, devido à complexibilidade de alguns temas e a indefinições quanto aos critérios de reconhecimento dos Contratos de Concessão, ainda não foi possível estimar os efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia.

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio e os correspondentes ônus de 3% são reconhecidos quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As despesas são registradas quando incorridas.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas no resultado dos trimestres à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

#### b) Ativo circulante

- Instrumentos financeiros (inclui caixa e equivalentes de caixa)

Reconhecidos inicialmente ao valor justo e, para aqueles não classificados ao valor justo, por meio do resultado, acrescidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subseqüentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme a seguir:

- Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

As aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado se mantidos para negociação ou designados pela Companhia no reconhecimento inicial. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subsequentes reconhecidas ao resultado dos trimestres.

- Títulos e valores mobiliários

Embora tenham liquidez imediata, as aplicações foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures.

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

- Clientes

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

c) Ativo não circulante

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. A depreciação desses bens é incluída na rubrica “Custo dos serviços prestados”, na demonstração do resultado. As melhorias são registradas ao imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados ao resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados na rubrica “Obras em andamento”.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 8.

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento.

- Intangível

Sistemas

Registrado ao custo de aquisição, sendo composto substancialmente por sistemas de processamento de dados. A amortização é registrada pelo prazo de até cinco anos, de forma linear.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ônus da concessão

Refere-se a ônus proveniente do direito de concessão do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo pelo período de 26 anos.

- “Impairment” sobre ativos não circulantes

Na elaboração das informações trimestrais, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado dos trimestres. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, mas é limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 30 de junho de 2010.

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisão para contingências

Atualizada até as datas dos balanços patrimoniais pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência, apoiada na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para contingências estão descritos na nota explicativa nº 17.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a geração de lucro tributável futuro, para a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Administração da Companhia revisa anualmente essas projeções.

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

A Companhia optou pela adoção do RTT. Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro do semestre findo em 30 de junho de 2010, a Companhia utilizou as prerrogativas definidas no RTT.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos de serviços.

- Financiamentos e debêntures

Reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais aos trimestres incorrido (“pro-rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados.

- Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e) Juros sobre o capital próprio

Calculados de acordo com a legislação vigente, observando-se o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado e demonstrada como distribuição de dividendos. Para fins fiscais, tratados como despesas financeiras, reduzindo, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social dos trimestres.

f) Lucro líquido por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos trimestres.

g) Ajuste a valor presente

Os direitos e as obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo foram ajustados a valor presente em 30 de junho de 2010 (vide notas explicativas nº 15 e nº 16).

h) Foram efetuadas algumas reclassificações no balanço patrimonial de 31 de março de 2010 e na demonstração do fluxo de caixa relativos ao trimestre findo em 30 de junho de 2009, para torná-las comparáveis com a apresentação adotada em 30 de junho de 2010.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30.06.10</u>	<u>31.03.10</u>
Caixa geral	12	11
Bancos conta movimento	1.630	4.148
Numerário em trânsito (a)	1.097	1.131
Fundo de troco	<u>1.654</u>	<u>1.746</u>
	4.393	7.036
Aplicações financeiras - recursos não vinculados (b)	<u>62.261</u>	<u>21.948</u>
	<u>66.654</u>	<u>28.984</u>

(a) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês a ser depositado na rubrica "Bancos conta movimento".

(b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata.

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>30.06.10</u>	<u>31.03.10</u>
Recursos para liquidação e garantia de debêntures	<u>21.316</u>	<u>70.181</u>

São formados por CDB e remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. Embora as aplicações tenham liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 13).

6. CLIENTES

	<u>30.06.10</u>	<u>31.03.10</u>
Pedágio eletrônico	24.512	20.887
Cupons de pedágio	4.818	4.867
Outras contas - receitas acessórias	<u>2.102</u>	<u>2.132</u>
	<u>31.432</u>	<u>27.886</u>

Representados substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 30 de junho de 2010, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30.06.10</u>	<u>31.03.10</u>
A vencer	<u>31.424</u>	<u>27.644</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	8	84
De 31 a 60 dias	-	71
De 61 a 90 dias	-	44
De 91 a 180 dias	-	43
	<u>8</u>	<u>242</u>
	<u>31.432</u>	<u>27.886</u>

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$1.496 (R\$773 em 31 de março de 2010) é composto por prêmios de seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 26).

8. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Custo	30.06.10		31.03.10
			Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Construção e projetos/ampliação principal	4,9	841.848	(395.703)	446.145	452.992
Pavimentações e conservação especial	11,1	323.194	(143.277)	179.917	180.180
Sinalização e dispositivos de segurança	9,5	57.391	(14.832)	42.559	42.351
Hardware e equipamentos de pedagógico	21,4	71.590	(58.435)	13.155	13.873
Máquinas e equipamentos	10,1	9.284	(4.841)	4.443	4.667
Móveis e utensílios	10	4.249	(1.941)	2.308	2.133
Terrenos e edificações	-	5.517	(101)	5.416	5.454
Obras em andamento	-	425	-	425	281
Demais melhorias e ampliações	8	313.269	(90.205)	223.064	223.912
Outros	17,6	<u>3.978</u>	<u>(1.423)</u>	<u>2.555</u>	<u>2.631</u>
		<u>1.630.745</u>	<u>(710.758)</u>	<u>919.987</u>	<u>928.474</u>

Em 30 de junho de 2010, não haviam bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos ou de processos de qualquer natureza.

Em virtude da prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses (nota explicativa nº 1), o prazo de depreciação da obra principal foi revisado com vistas ao novo prazo final da concessão. Esse novo prazo de depreciação não ultrapassa o exercício de vida útil estimado dos bens.

Conforme o artigo 6º da Lei nº 11.638/07, que alterou e revogou dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Companhia decidiu pelo estorno da reavaliação anteriormente registrada em seu ativo imobilizado.

No semestre findo em 30 de junho de 2010, foram capitalizados R\$128 de encargos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos com terceiros (R\$259 em 30 de junho de 2009).

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação do saldo no trimestre findo em 30 de junho de 2010 está demonstrada a seguir:

Custo:

	<u>31.03.10</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>30.06.10</u>
Construção e projetos/ampliação principal	839.061	2.787	-	841.848
Pavimentações e conservação especial	315.038	8.156	-	323.194
Sinalização e dispositivos de segurança	54.844	2.547	-	57.391
Hardware e equipamentos de pedágio	71.487	139	(36)	71.590
Máquinas e equipamentos	9.276	8	-	9.284
Móveis e utensílios	3.991	258	-	4.249
Terrenos e edificações	5.512	5	-	5.517
Obras em andamento	281	144	-	425
Demais melhorias e ampliações	307.677	5.592	-	313.269
Outros	<u>3.915</u>	<u>63</u>	<u>-</u>	<u>3.978</u>
	<u>1.611.082</u>	<u>19.699</u>	<u>(36)</u>	<u>1.630.745</u>

Depreciação acumulada:

	<u>31.03.10</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>30.06.10</u>
Construção e projetos/ampliação principal	(386.069)	(9.634)	-	(395.703)
Pavimentações e conservação especial	(134.858)	(8.419)	-	(143.277)
Sinalização e dispositivos de segurança	(12.493)	(2.339)	-	(14.832)
Hardware e equipamentos de pedágio	(57.614)	(847)	26	(58.435)
Máquinas e equipamentos	(4.609)	(232)	-	(4.841)
Móveis e utensílios	(1.858)	(83)	-	(1.941)
Terrenos e edificações	(58)	(43)	-	(101)
Demais melhorias e ampliações	(83.765)	(6.440)	-	(90.205)
Outros	<u>(1.284)</u>	<u>(139)</u>	<u>-</u>	<u>(1.423)</u>
	<u>(682.608)</u>	<u>(28.176)</u>	<u>26</u>	<u>(710.758)</u>

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. INTANGÍVEL

	Taxa média ponderada anual de amortização - %	30.06.10		31.03.10	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de outorga da concessão (a)	6,48	44.857	(27.287)	17.570	18.129
Software de terceiros (b)	20	3.119	(2.671)	448	365
		<u>47.976</u>	<u>(29.958)</u>	<u>18.018</u>	<u>18.494</u>

A movimentação do saldo no trimestre findo em 30 de junho de 2010 está demonstrada a seguir:

Custo:

	31.03.10	Adições	Transferência	30.06.10
Direito de outorga da concessão (a)	44.857	-	-	44.857
Software de terceiros (b)	<u>2.927</u>	<u>156</u>	<u>36</u>	<u>3.119</u>
	<u>47.784</u>	<u>156</u>	<u>36</u>	<u>47.976</u>

Amortização:

	31.03.10	Adições	Transferência	30.06.10
Direito de outorga da concessão (a)	(26.728)	(559)	-	(27.287)
Software de terceiros (b)	<u>(2.562)</u>	<u>(83)</u>	<u>(26)</u>	<u>(2.671)</u>
	<u>(29.290)</u>	<u>(642)</u>	<u>(26)</u>	<u>(29.958)</u>

- (a) O valor de "Direito de outorga da concessão" está registrado a valor presente, pela taxa de 9,5% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M, captadas pela Ecovias, para a liquidação de suas dívidas atreladas à concessão. Em 30 de junho de 2010, o valor residual do direito de outorga é de R\$17.570 e a amortização referente ao trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2010 foi de R\$559 e R\$1.120, respectivamente.

A amortização do ônus da concessão está sendo realizada linearmente ao resultado pelo prazo inicial da concessão até 2018.

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (b) Os softwares adquiridos de terceiros são amortizados linearmente pelo prazo de cinco anos e registrados na rubrica “Custo dos serviços prestados”.

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para contingências, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no ativo imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante os trimestres pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos demais eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>30.06.10</u>	<u>31.03.10</u>
Provisão para contingências	14.486	14.348
Outros	(2.827)	(1.948)
Ajuste a valor presente do direito de outorga, ônus da concessão e capitalização de juros sobre os empréstimos - Lei nº 11.638/07	<u>(12.177)</u>	<u>(13.476)</u>
	(518)	(1.076)
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(176)</u>	<u>(366)</u>
Classificados no ativo não circulante	4.311	4.216
Classificados no passivo não circulante	<u>(4.487)</u>	<u>(4.582)</u>
	<u>(176)</u>	<u>(366)</u>

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos trimestres os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30.06.10</u>	<u>30.06.09</u>
Variação no:		
Imposto de renda e contribuição social corrente	(38.363)	(40.747)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>518</u>	<u>776</u>
	<u>(37.845)</u>	<u>(39.971)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>30.06.10</u>	<u>30.06.09</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	119.631	127.830
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(40.675)	(43.462)
Juros sobre o capital próprio	2.935	3.558
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>(105)</u>	<u>(67)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(37.845)</u>	<u>(39.971)</u>

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30.06.10</u>	<u>31.03.10</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	2.395	2.508
Cofins	1.477	1.548
PIS	320	335
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	266
Outros impostos	<u>1.064</u>	<u>883</u>
	<u>5.256</u>	<u>5.540</u>

12. FINANCIAMENTOS

<u>Credor</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>30.06.10</u>	<u>31.03.10</u>
BIC Banco (*)	Real	Setembro de 2012	1,45% a.m.	537	585
Itaú Leasing (*)	Real	Dezembro de 2012	1,34% a.m.	512	553
BV Leasing	Real	Março de 2013	1,20% a.m.	<u>632</u>	<u>678</u>
				1.681	1.816
Circulante				<u>597</u>	<u>576</u>
Não circulante				<u>1.084</u>	<u>1.240</u>

(\*) Refere-se à compra de equipamentos operacionais.

Para as operações de empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. Não há cláusulas que exijam a manutenção de índices financeiros ("covenants").

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30.06.10</u>	<u>31.03.10</u>
2011 (seis meses em 30 de junho de 2010)	331	487
2012	682	682
2013	<u>71</u>	<u>71</u>
	<u>1.084</u>	<u>1.240</u>

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30.06.10</u>	<u>31.03.10</u>
Principal corrigido	470.057	515.360
Remuneração (juros)	16.149	28.246
Custos com emissão de debêntures	<u>(4.612)</u>	<u>(4.905)</u>
	<u>481.594</u>	<u>538.701</u>
Circulante	<u>125.424</u>	<u>136.892</u>
Não circulante	<u>356.170</u>	<u>401.809</u>

A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e cupom de 9,5% ao ano, pagos anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

No semestre findo em 30 de junho de 2010, a Companhia efetuou pagamento de juros referente a primeira e segunda séries das debêntures, totalizando R\$30.577 e R\$48.375 referente ao valor principal da primeira e segunda série.

02039-7

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA

02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Essa operação teve classificação de risco "AA-" da Standard & Poors.

Descrição	
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2010	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$12,42 3ª série - R\$ 12,42
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01.05.07 a 01.11.13) 2ª série: parcelas anuais (01.05.08 a 01.05.14) 3ª série: parcelas anuais (01.11.07 a 01.11.14)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01.05.10 a 01.11.13) 2ª série: parcelas anuais (01.05.10 a 01.05.14) 3ª série: parcelas anuais (01.11.10 a 01.11.14)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30.06.10			31.03.10		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2011	55.987	(545)	55.442	109.822	(1.021)	108.801
2012	112.456	(1.090)	111.366	109.822	(1.021)	108.801
2013	112.456	(1.090)	111.366	109.822	(1.021)	108.801
2014	<u>78.706</u>	<u>(710)</u>	<u>77.996</u>	<u>76.072</u>	<u>(666)</u>	<u>75.406</u>
	<u>359.605</u>	<u>(3.435)</u>	<u>356.170</u>	<u>405.538</u>	<u>(3.729)</u>	<u>401.809</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores que 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2010, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está destacada a seguir:

	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>		<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
			<u>Valor</u>	<u>líquido</u>		
Debêntures 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGPM	10,32% + IGPM
Debêntures 3ª Série	01/11/06	<u>157.500</u>	<u>(3.124)</u>	<u>154.376</u>	9,5% + IGPM	10,35% + IGPM
		<u>450.000</u>	<u>(8.925)</u>	<u>441.075</u>		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas acima foram determinadas através de procedimento de Bookbuilding, que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados acima.

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2010, bem como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres, relativos a operações com empresas relacionadas, estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial:

	<u>Ativo circulante</u> Créditos <u>diversos</u>	<u>Ativo não circulante</u> <u>Imobilizado</u>	<u>Passivo circulante</u> Contas <u>a pagar</u>	<u>Passivo não circulante</u> Contas <u>a pagar</u>
<u>Companhia</u>				
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	-	5.859	1.912	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.982</u>	<u>-</u>
Total em 30 de junho de 2010	<u>-</u>	<u>5.859</u>	<u>5.894</u>	<u>-</u>
Total em 31 de março de 2010	<u>17</u>	<u>942</u>	<u>4.190</u>	<u>10</u>

Demonstração do resultado:

<u>Companhia</u>	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	<u>17.250</u>	<u>8.970</u>
Total em 30 de junho de 2010	<u>17.250</u>	<u>8.970</u>
Total em 30 de junho de 2009	<u>7.772</u>	<u>8.686</u>

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes empresas ligadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da 3ª faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágios. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$153.366.

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (b) Refere-se à prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. Esses serviços eram prestados até 31 de agosto de 2009 pelas empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. Em 1º de setembro de 2009, essas empresas foram incorporadas pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Em 30 de junho de 2010, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No semestre findo em 30 de junho de 2010, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembléia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2010 em R\$855. A remuneração paga aos administradores no semestre está demonstrada a seguir:

	<u>30.06.10</u>	<u>30.06.09</u>
Salários e ordenados	424	511
Participação nos resultados	<u>373</u>	<u>279</u>
	<u>797</u>	<u>790</u>

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>30.06.10</u>	<u>31.03.10</u>
Parcelas fixas	72.334	71.558
Parcelas variáveis	<u>1.477</u>	<u>1.548</u>
	<u>73.811</u>	<u>73.106</u>
Circulante	<u>13.818</u>	<u>13.486</u>
Não circulante	<u>59.993</u>	<u>59.620</u>

O contrato de concessão rodoviária, firmado em 29 de maio de 1998, subdivide-se em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da FGV.

Em 30 de junho de 2010, as parcelas liquidadas correspondem a 60,42% (59,17% em 30 de março de 2010).

Em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,5% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2010 o desconto no valor de R\$1.634, somado à atualização monetária do direito de outorga no semestre, no valor de R\$5.199, totalizou o valor líquido de R\$6.833 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30.06.10</u>	<u>31.03.10</u>
2011 (seis meses em 30 de junho de 2010)	5.635	11.076
2012	10.781	10.115
2013	9.846	9.238
2014	8.992	8.436
Posteriores a 2015	<u>24.739</u>	<u>20.755</u>
	<u>59.993</u>	<u>59.620</u>

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS para imposto de renda, facultado pela Lei nº 11.941/09. O pedido de parcelamento foi protocolado em 27 de novembro de 2009. O prazo é de 120 meses e os valores, atualizados pela taxa Selic. A Companhia não ofereceu nenhuma garantia para esses parcelamentos.

Os valores incluídos no REFIS, bem como os efeitos dele decorrentes, estão apresentados a seguir:

	<u>30.06.10</u>	<u>31.03.10</u>
Principal	651	651
Multa e juros	<u>1.526</u>	<u>1.526</u>
Total de débitos fiscais incluídos no REFIS	2.177	2.177
Redução de 50% da multa e juros	(415)	(451)
Pagamentos	(88)	(44)
Ajuste a valor presente	<u>(745)</u>	<u>(745)</u>
	<u>929</u>	<u>937</u>
Circulante	<u>178</u>	<u>174</u>
Não circulante	<u>751</u>	<u>763</u>

Em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com o REFIS considerando uma taxa de desconto de 13,11% ao ano, similar a uma captação de recursos obtida no mês de dezembro de 2009 pela Companhia com taxa de juros de 17,33% ao ano, descontado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, acumulado dos últimos 12 meses, de 4,22%.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para contingências foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo da provisão para contingências é o seguinte:

Natureza	31.03.10	Adições	Baixas	Atualização monetária	30.06.10
Cível (a)	8.981	-	(429)	184	8.736
Tributária (b)	528	-	-	12	540
Trabalhista (c)	<u>4.839</u>	<u>258</u>	-	<u>113</u>	<u>5.210</u>
	14.348	258	(429)	309	14.486
Depósitos judiciais (d)	<u>(2.034)</u>	<u>(63)</u>	<u>8</u>	<u>(31)</u>	<u>(2.120)</u>
	<u>12.314</u>	<u>195</u>	<u>(421)</u>	<u>278</u>	<u>12.366</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras contingências de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2010, R\$3.247 (R\$7.207 em 31 de março de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos tributários

Em 30 de junho de 2010, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$12.465 (R\$13.472 em 31 de março de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A principal demanda refere-se a processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2009, tendo sido o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.400, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2010, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$6.810 (R\$6.261 em 31 de março de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(d) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2010, o capital social subscrito é de R\$314.052, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505. O capital social integralizado de R\$302.547 estava representado por 262.452.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio limitados à variação “pro rata” dia da TJLP vigente no semestre, no valor de R\$8.632 (R\$1.295 de IRRF), os quais foram contabilizados como despesas financeiras para fins fiscais e estão demonstrados como distribuição de dividendos para fins contábeis, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

Em 30 de junho de 2010, o montante de juros sobre o capital próprio a pagar é de R\$5.830.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizam R\$ 17.029 no semestre findo em 30 de junho de 2010, referente ao lucro do exercício de 2009.

e) Reserva de reavaliação

Conforme o artigo 6º da Lei nº 11.638/07, que alterou e revogou dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), a Companhia decidiu pelo estorno da reavaliação anteriormente registrada em seu ativo imobilizado.

## 19. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou no semestre findo em 30 de junho de 2010, o valor de R\$7.527 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 30 de junho de 2010, o valor total compensado foi de R\$186.745 (R\$179.218 em 31 de março de 2010).

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	<u>30.06.10</u>	<u>30.06.09</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	133.793	131.445
Pedágio por equipamento eletrônico	137.066	113.976
Vale-pedágio e pedágio em cupons	25.699	18.749
Outras	<u>459</u>	<u>459</u>
	297.017	264.629
Receitas acessórias (*)	<u>15.487</u>	<u>15.246</u>
Receita bruta	<u>312.504</u>	<u>279.875</u>

(\*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação, concessão de acessos e outros.

21. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>30.06.10</u>			<u>30.06.09</u>		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	7.599	6.245	13.844	7.647	6.105	13.752
Conservação e manutenção	7.825	1.124	8.949	7.817	27	7.844
Serviços de terceiros (*)	19.596	12.277	31.873	14.910	13.780	28.690
Seguros	2.328	-	2.328	2.184	64	2.248
Poder Concedente	9.375	-	9.375	8.396	-	8.396
Depreciação/amortização	57.304	-	57.304	50.705	-	50.705
Outros	<u>6.698</u>	<u>1.824</u>	<u>8.522</u>	<u>6.191</u>	<u>2.158</u>	<u>8.349</u>
	<u>110.725</u>	<u>21.470</u>	<u>132.195</u>	<u>97.850</u>	<u>22.134</u>	<u>119.984</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30.06.10</u>	<u>30.06.09</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	2.906	1.202
Variação monetária sobre debêntures	-	4.700
Outras	<u>116</u>	<u>96</u>
	<u>3.022</u>	<u>5.998</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(23.862)	(24.541)
Juros sobre financiamentos	(124)	(24)
Variação monetária sobre debêntures	(19.999)	-
Amortização de custos com emissão de debêntures	(777)	(559)
Variação monetária sobre direito de outorga	(6.833)	(1.745)
Outras	<u>(1.360)</u>	<u>(1.682)</u>
	<u>(52.955)</u>	<u>(28.551)</u>
Resultado financeiro	<u>(49.933)</u>	<u>(22.553)</u>

23. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No semestre findo em 30 de junho de 2010, a participação nos lucros e resultados foi de R\$432 a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas” (R\$525 em 30 de junho de 2009).

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 30 de junho de 2010, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos disponíveis para venda.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 12 e 13.

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2010 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	31.432	31.432
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	83.577	83.577
Passivos:		
Financiamentos	1.681	1.681
Debêntures	481.594	482.840
Credor pela concessão	73.811	73.811

a) Considerações gerais

Em 30 de junho de 2010, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 30 de junho de 2010, a Companhia não tinha nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros e encargos financeiros

A Companhia está exposta a taxas de juros e encargos financeiros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI, do IPCA e do IGP-M em empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos em reais.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em clientes, empréstimos, financiamentos e debêntures.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IGP-M e da TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	41.406	46.881	52.291
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures e empréstimos	Alta do IGP-M	111.132	123.229	135.312

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	10,13%	12,66%	15,20%
IGP-M (b)	6,28%	7,85%	9,42%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 30 de junho de 2010.

(b) Refere-se à variação do IGP-M acumulada projetada para os próximos 12 meses.

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras da Companhia, por meio de controles e estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2010.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No semestre findo em 30 de junho de 2010, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$61 (R\$91 em 30 de junho de 2009), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

No intuito de solidificar o plano de benefícios, a Companhia aportou valores retroativos a janeiro de 2006 ou à data de admissão, no caso de admissão em 2006, para aqueles que aderissem ao Plano de Previdência Privada até junho de 2006.

26. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 30 de junho de 2010, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Maior de 2010 a junho de 2011	13.949
Seguro garantia	Maior de 2010 a junho de 2011	33.546
Seguro garantia	Maior de 2010 a junho de 2011	168.495
Responsabilidade civil	Maior de 2010 a maio de 2011	57.698
Riscos operacionais/engenharia	Maior de 2010 a maio de 2011	60.263
Equipamentos	Maior de 2010 a maio de 2011	1.343
Painéis	Maior de 2010 a maio de 2011	113
Veículos	Maior de 2010 a maio de 2011	1.098

27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

---

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda e contribuição social, dividendos, juros sobre o capital próprio e juros pagos estão demonstrados na movimentação dos fluxos de caixa.

Não há itens que não afetaram o caixa.

28. APROVAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -  
ITR

As informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 3 de agosto de 2010.

---

## Ecovias anuncia resultados do 1S10 com: *Crescimento no EBITDA de 12,8%*

São Bernardo do Campo, 5 de agosto de 2010 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao primeiro semestre de 2010 (1S10) e segundo trimestre de 2010 (2T10). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao primeiro semestre de 2009 (1S09) e segundo trimestre de 2009 (2T09).

### DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida no 1S10 foi de R\$ 301.771, um crescimento de 11,6% em relação ao 1S09.
- O EBITDA de R\$ 226.871 no 1S10 demonstra um crescimento de 12,8% em relação ao 1S09, resultando em uma expressiva margem EBITDA de 75,2%.
- O lucro líquido foi de R\$ 81.786 no 1S10, redução de 6,9% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Destques (em milhares de R\$)	2T10	2T09	Var.	1S10	1S09	Var.
Tráfego Total – milhares de veículos equivalentes	12.484	11.349	10,0%	25.615	23.676	8,2%
Tarifa Média <sup>1</sup>	11,61	11,21	3,6%	11,60	11,18	3,7%
Receita líquida	146.892	129.736	13,2%	301.771	270.364	11,6%
Lucro bruto	91.432	79.816	14,6%	191.046	172.514	10,7%
EBIT <sup>2</sup>	80.362	68.975	16,5%	169.564	150.380	12,8%
Lucro líquido	37.700	39.472	-4,5%	81.786	87.859	-6,9%
EBITDA <sup>3</sup>	109.181	94.816	15,2%	226.871	201.085	12,8%
Margem EBITDA	74,3%	73,1%	1,2 p.p.	75,2%	74,4%	0,8 p.p.
Capex	19.856	33.507	-40,7%	28.839	50.503	-42,9%
Dívida Líquida	-	-	n.m.	395.305	498.439	-20,7%

<sup>1</sup> em Reais

<sup>2</sup> EBIT = Receita Líquida - Custo dos Serviços Prestados - Desp. Gerais e Administrativas

<sup>3</sup> EBITDA = EBIT + Depreciação & amortização

## PERFIL DA COMPANHIA

A concessionária Ecovias dos Imigrantes opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo com o porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. A concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 33 milhões de veículos pedagiados, foi firmada em 1998, com o Estado de São Paulo. A ligação da maior cidade do País com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP059).

Em dezembro de 2006, a Companhia assinou com o governo do Estado de São Paulo um termo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, que resultou na prorrogação do prazo de exploração da concessão por mais cinco anos e dez meses.

A Ecovias dos Imigrantes faz parte do Grupo EcoRodovias, que administra 1.459,3 quilômetros de rodovias, por onde circulam mais de 70 milhões de veículos por ano através de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR) e Ecosul Rodovias do Sul (RS), que estão nos principais corredores de importação e exportação brasileiros e importantes pólos de turismo.

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor a ter quatro de suas cinco concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental.

## ANÁLISE DO RESULTADO

### Receita Bruta

A receita bruta com arrecadação de pedágios no 1S10 totalizou R\$297.017, um crescimento de 12,2% em comparação aos 1S09.

O volume de tráfego, medido pelo conceito de veículos equivalentes, houve um aumento de 8,2% em relação ao 1S09 e de 10,0% em relação ao 2T09.

O tráfego de veículos de passeio registrou um crescimento (2,6% no 1S10) devido, principalmente, ao aumento do turismo aliado às boas condições climáticas da região e aos feriados do período. Já o tráfego de veículos comercial apresentou forte crescimento (15,9% no 1S10) devido à retomada das importações e exportações de produtos através do Porto de Santos. As receitas acessórias e de prestação de serviços somaram R\$15.487, um acréscimo de 1,6% sobre o mesmo período do ano anterior.

Veículos equivalentes pagantes	2T10	2T09	Var.	1S10	1S09	Var.
Passeio	6.305.927	5.960.365	5,8%	13.995.379	13.646.977	2,6%
Comercial	6.178.483	5.388.846	14,7%	11.620.030	10.028.733	15,9%
<b>Total</b>	<b>12.484.410</b>	<b>11.349.211</b>	<b>10,0%</b>	<b>25.615.409</b>	<b>23.675.710</b>	<b>8,2%</b>

Nota:

Eixo equivalente é uma unidade básica de referencia em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Receita Bruta (milhares de R\$)	2T10	2T09	Var.	1S10	1S09	Var.
Receitas de Pedágio	144.915	127.182	13,9%	297.017	264.629	12,2%
Receitas Acessórias	7.425	7.251	2,4%	15.487	15.246	1,6%
<b>Total</b>	<b>152.340</b>	<b>134.433</b>	<b>13,3%</b>	<b>312.504</b>	<b>279.875</b>	<b>11,7%</b>

## Custos Operacionais e Despesas Administrativas

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas nos 1S10 apresentaram um aumento de 10,2% sobre o mesmo período do ano anterior, somando R\$132.195.

As principais variações ocorridas foram:

- acréscimo nos custos com depreciação, em função de novos ativos imobilizado;
- acréscimo nos custos e despesas com serviços de terceiros, com relevância nos serviços de consultoria e assessoria de informática com a terceirização de serviços de manutenção eletro-eletrônica.

Em relação à receita líquida, os custos operacionais e despesas administrativas, representaram 45,8% da receita líquida, uma queda de 0,6% quando comparados ao 1S09.

A tabela abaixo apresenta, em maiores detalhes, os custos operacionais e despesas administrativas da Ecovias:

Custos operacionais e despesas administrativas (milhares de R\$)						
	2T10	2T09	Var.	1S10	1S09	Var.
Pessoal	6.770	6.608	2,5%	13.844	13.752	0,7%
Conservação e manutenção	5.192	4.190	23,9%	8.949	7.844	14,1%
Serviços de terceiros	15.912	14.943	6,5%	31.873	28.690	11,1%
Seguros	1.196	1.174	1,9%	2.328	2.248	3,6%
Poder Concedente	4.570	4.033	13,3%	9.375	8.396	11,7%
Depreciação/Amortização	28.818	25.841	11,5%	57.304	50.705	13,0%
Outros	4.060	3.972	2,2%	8.522	8.349	2,1%
<b>TOTAL</b>	<b>66.518</b>	<b>60.761</b>	<b>9,5%</b>	<b>132.195</b>	<b>119.984</b>	<b>10,2%</b>

## EBIT

No 1S10, o EBIT (receita líquida – custo dos serviços prestados – despesas gerais e administrativas) totalizou R\$169.564, um crescimento de 12,8% em relação ao 1S09, quando comparado os trimestres, o EBIT no 2T10 totalizou R\$80.362, um aumento de 16,5% comparado com o 2T09.

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

## EBITDA

O EBITDA (EBIT + depreciação & amortização) apresentou um crescimento 12,8% no 1S10 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$226.871. A margem EBITDA foi superior em 0,8 pontos percentuais na comparação com o 1S09, atingindo 75,2% no 1S10, demonstrando a eficiência no gerenciamento dos custos e despesas por parte da companhia.

## Resultado Financeiro

O efeito financeiro líquido no 1S10 foi negativo em R\$49.933, em comparação ao resultado negativo de R\$22.553 nos 1S09, representando um aumento de 121,4%. Conforme demonstrado na tabela abaixo a principal variação ocorrida foi relativa à variação monetária, posto que 70% das debêntures da companhia são vinculadas à variação do índice IGP-M, a qual acumulou uma variação positiva no 1S10 de 5,7%.

A tabela a seguir apresenta o resultado financeiro em maiores detalhes:

<b>Resultado Financeiro</b> (milhares de R\$)	<b>2T10</b>	<b>2T09</b>	<b>Var.</b>	<b>1S10</b>	<b>1S09</b>	<b>Var.</b>
Varição Monetária, líquida	(13.628)	592	-2402,0%	(26.832)	2.955	-1008,0%
Juros sobre financiamentos e debêntures	(11.890)	(11.594)	2,6%	(23.986)	(24.565)	-2,4%
Outros efeitos financeiros	(1.128)	(1.262)	-10,6%	(2.137)	(2.241)	-4,6%
Receitas Financeiras e outras	1.582	541	192,4%	3.022	1.298	132,8%
<b>TOTAL</b>	<b>(25.064)</b>	<b>(11.723)</b>	<b>113,8%</b>	<b>(49.933)</b>	<b>(22.553)</b>	<b>121,4%</b>

## Imposto de Renda e Contribuição Social

O 1S10 apresentou-se um redução de 5,3%, decorrente de um decréscimo no resultado antes do imposto de renda e contribuição social em 6,4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

## Lucro Líquido

O lucro líquido do 1S10 totalizou R\$81.786 onde representa uma queda de 6,9% em relação aos R\$87.859 apresentados no mesmo período do ano anterior, proveniente de um aumento nos custos com depreciação devido a novos ativos imobilizados e principalmente sobre um aumento na taxa do IGP-M gerando uma despesa com variação monetária no semestre de R\$19.999.

Em relação à receita líquida, o lucro líquido apresentou nos 1S10 margem de 27,1%, uma queda de 5,4 pontos percentuais comparando com o 1S09.

## ENDIVIDAMENTO

Em 30 de junho de 2010, a dívida total da Ecovias somava R\$483.275, uma queda de 6,6% sobre os R\$517.477 apresentado no 1S09, sendo que em relação à dívida líquida, registramos uma queda de 20,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A diminuição da dívida total é decorrente dos pagamentos de juros sobre debêntures.

A tabela abaixo apresenta a composição da dívida em maiores detalhes:

Credores (R\$)	1S10	1S09	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures (*)	481.594	517.161	-6,9%	IGP-M + 9,50% a.a./ 104% CDI	novembro - 2014
Empréstimos	1.681	316	431,6%	de 1,20% a.m. 1,45% a.m.	de setembro - 2012 a março - 2013
<b>Dívida Total</b>	<b>483.275</b>	<b>517.477</b>	<b>-6,6%</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	66.654	7.642	772,2%		
Aplicação financeira vinculada (**)	21.316	11.396	87,0%		
<b>Dívida Líquida</b>	<b>395.305</b>	<b>498.439</b>	<b>-20,7%</b>		

(\*) Debêntures emitidas em 3 séries sendo:

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Séries	Valor do Principal	Juros
1ª Série	135.000	104,00% CDI
2ª Série	157.500	IGP-M + 9,50% ao ano
3ª Série	157.500	IGP-M + 9,50% ao ano

(\*\*) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica “Títulos e valores mobiliários”.

Praticamente 100% da dívida total são representadas pelas debêntures, e sua amortização ocorre no período de 2010 a 2014.

## CAPEX

Os investimentos realizados pela Ecovias no 1S10 totalizaram R\$28.839, 42,9% inferiores aos realizados no mesmo período do ano anterior onde totalizaram R\$50.503.

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Relacionamento com Auditores Independentes A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria presta em 2010, serviços para a preparação de diagnóstico para a futura implementação do IFRS pela Companhia. Os honorários relativos a esse trabalho representaram, aproximadamente, 20% dos honorários anuais de auditoria.

\*\*\*\*\*

*As informações no comentário de desempenho no semestre sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.*

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02039-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	3 - CNPJ 02.509.491/0001-26
---------------------------	--	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	01
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	02039-7
4 - DATA DO REGISTRO CVM	18/12/2006
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/2006
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/11/2013
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	135.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	13.500
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	13.500
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02039-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	3 - CNPJ 02.509.491/0001-26
---------------------------	--	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	02
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	02039-7
4 - DATA DO REGISTRO CVM	18/12/2006
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/2006
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/05/2014
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	157.500
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.750
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.750
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02039-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	3 - CNPJ 02.509.491/0001-26
---------------------------	--	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	03
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	02039-7
4 - DATA DO REGISTRO CVM	18/12/2006
5 - SÉRIE EMITIDA	3
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/2006
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/11/2014
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	157.500
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.750
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.750
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

## RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da  
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.  
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e o relatório de desempenho e as notas explicativas elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

02039-7 CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA 02.509.491/0001-26

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, durante o exercício de 2009 foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM diversos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais - ITR utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2.1 às ITR e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação.

São Paulo, 5 de agosto de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura  
Contador  
CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02039-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	3 - CNPJ 02.509.491/0001-26
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010	11
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010	12
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	13
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	46
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	53
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	56/57